O fascismo europeu: memória e revisão analítica**

Roger Griffin, *The Nature of Fascism*, Londres, Routledge, 1993; Paul Brooker, *Twentieth-Century Dictatorships. The Ideological One-Party States*, Londres, Macmillan, 1994; Pierre Péan, *Une jeunesse française. François Mitterrand, 1937-1947*, Paris, Fayard, 1994; Eric Conan e Henry Rousso, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Paris, Fayard, 1994; «Destre», in *Democracia e Direito*, Roma, n.º 1, Janeiro-Março de 1994; Stanley G. Payne, *História del Fascismo*, Madrid, Planeta, 1995; Robert Soucy, *French Fascism: The Second Wave, 1933-1939*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1995; Luciano Cheles *et al.* (ed.), *The Far Right in Western and Eastern Europe*, 2.ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1995.

Em Janeiro de 1994 uma comunicação ao Congresso da Associação Americana de História intitulava-se significativamente «Defining fascism after communism»¹. O autor da comunicação acha que o fenómeno fascista é indissociável do comunismo. Estando o segundo em vias de extinção, este historiador norte-americano convida-nos a esquecer as velhas referências analíticas, particularmente as marxistas e «antifascistas» dos anos da guerra fria, e a voltar a partir, com zelo erudito, de um novo ponto zero. Um *zero-based theorizing* que deveria começar por abandonar a procura de um «fascismo genérico» e por uma nova investigação comparativa dos dois fenómenos.

Quer a primeira, quer a segunda hipóteses, não são novas. Foram, aliás, muito utilizadas desde os anos 50. Creio até que, se algo tem caracterizado

* CEHCP, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

** Partes desta recensão serviram de base a uma *Dunfey lecture*, intitulada «Is 'fascism' still a useful historical term?», no Departamento de História da Universidade de New Hampshire, Durham, EUA, em 2 de Outubro de 1995. Queria agradecer o amável convite de Douglas L. Wheeler e o vivo debate com alguns colegas presentes.

¹ Borden W. Painter Jr., «Defining fascism after communism», American Historical Association, One Hundred Eight Annual Meeting, January 6-9, 1994.

a investigação sobre o tema do fascismo nos últimos anos, ele é, justamente, uma grande desconfiança por modelos analíticos globalizantes, por um lado, e uma grande e despreocupada diversidade metodológica, por outro. Onde divirjo, provavelmente, do autor citado é na agenda proposta para a investigação do «pós-guerra fria», muito embora a história paralela do fascismo e do comunismo não deixe de prometer desenvolver-se rapidamente, à medida que os arquivos de Moscovo e do Leste forem sendo abertos.

Em 1994 a produção sobre o tema do fascismo não sofreu nenhuma revisão interpretativa global que mereça destaque; apenas o livro mais recente de Stanley G. Payne, publicado já este ano, veio renovar este campo. Monografias sobre movimentos nacionais ou locais, biografias de dirigentes, história oral, continuaram a dominar². Este breve balanço passará, pois, pela «memória» do fascismo histórico e da «colaboração», que dominou particularmente a historiografia francesa, pelas mais recentes incursões pela definição de um conceito de «fascismo genérico» e, finalmente, pelo problema da continuidade e ruptura entre fascismo histórico e neofascismo, que continuou a dominar, particularmente em Itália, a reflexão académica sobre o tema.

A TRAIÇÃO DA MEMÓRIA

Na perspectiva da historiografia sobre Vichy e a colaboração, 1994 foi o ano Mitterrand. A polémica desencadeada pelo livro de Pierre Péan é bem conhecida e mesmo o «caso Mitterrand» não era desconhecido da comunidade historiográfica ou da própria direita francesa, que o lembrava regularmente³.

Robert O. Paxton, autor de um estudo pioneiro sobre a França de Vichy, já tinha referido que «a história pessoal de François Mitterrand durante a guerra faz dele um francês típico e representativo» da atitude de muitos dos seus concidadãos perante o primeiro petanismo⁴. A única novidade foram as suas declarações ao autor do livro e a colaboração que deu às suas investigações⁵. A polémica, no entanto, fez salientar, mais do que qualquer inovação ou interpretação sobre a natureza do regime de Vichy, o problema das

² Stein U. Larsen, coordenador de *Who Were the Fascists [...] Social Roots of European Fascism* (Bergen, Norwegian University Press, 1980), anuncia, finalmente, para 1995 uma obra colectiva que deverá constituir a obra mais exaustiva sobre o legado do fascismo e as atitudes perante ele na sociedade europeia do pós-guerra [Stein U. Larsen (ed.), *Modern Europe after Fascism*, SSM, Columbia University Press (a sair)].

³ Para uma versão mais jornalística, Emmanuel Faux, Thomas Legrand, Gilles Perez, *La main droite de Dieu. Enquête sur François Mitterrand et l'extrême-droite*, Paris, Seuil, 1994.

⁴ Robert O. Paxton, *Vichy France. Old Guard and New Order*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1972, e entrevista, *L'Express*, 16 de Julho de 1992.

⁵ Cf. «Vichy et le cas Mitterrand. Un entretien avec Henry Rousso», in *L'Histoire*, n.º 181, Paris, Outubro de 1994, pp. 76-79, e Anne Cova, «François Mitterrand, um passado que não passa», in *História*, ano xvii (nova série), n.º 3, Lisboa, Dezembro de 1994, pp. 32-42.

atitudes perante o passado, ou a «política da memória», do Estado francês e das suas elites.

Henry Rousso, historiador francês conhecido sobretudo pelos seus trabalhos sobre o legado de Vichy, voltou ao tema (de parceria com o jornalista Eric Conan) com uma obra que de algum modo completa e actualiza *Le syndrome de Vichy*⁶. No entanto, como é salientado no prefácio, trata-se de um livro de ensaio, querendo-se uma «reflexão a duas vozes e uma tomada de posição intelectual, *engagée*, sobre questões escaldantes, que nos dizem respeito como jornalista, historiador e cidadão»⁷.

A obra de Rousso e Conan representa um saudável exercício anti-teleológico, evitando o anacronismo que seria abordar Vichy apenas na óptica do anti-semitismo, «uma tentação 'judeo-centrista' que procura reler toda a história da ocupação» nesta perspectiva⁸. Por outro lado, a «moda de Vichy» e a amplitude da sua cobertura mediática e política podem distorcer a natureza do regime e o próprio trabalho dos historiadores.

Nestas polémicas sobre a memória, os arquivos também foram, evidentemente, tema de debate. Sonia Combe, acusada imediatamente de irresponsabilidade e de má fé, fez um ataque em força à política arquivística sobre Vichy e a vários historiadores «oficiais» em *Archives interdites*⁹. Segundo Combe, interdição e/ou monopólio de consulta por universitários e «mito da resistência» alimentam-se mutuamente. Aliança negada pela maioria dos historiadores e instituições visados, que salientaram o difícil equilíbrio entre liberdade de investigação e direito à privacidade, tema que nos faria desviar do propósito deste artigo¹⁰.

Muitas das obras motoras do debate foram, no fundo, biografias, caso da já citada de Péan sobre Mitterrand ou da de Pascal Froment sobre essa figura paradigmática que foi René Bousquet, o amigo de Mitterrand e alto funcionário de Vichy comprometido nas deportações de judeus¹¹. Esperemos que este acumular de estudos sobre trajectórias individuais permita uma melhor compreensão dos factores de continuidade e ruptura nos percursos dos actores políticos e ideológicos da «época do fascismo», nos quais os trabalhos de Zeev Sternhell e Philippe Burrin foram pioneiros¹².

⁶ Henri Rousso é autor de *Le syndrome de Vichy, de 1994 à nos jours*, Paris, Le Seuil, 1992, 2.ª ed.

⁷ Eric Conan e Henry Rousso, *op. cit.*, pp. 30-31.

⁸ Id., *ibid.*, p. 269.

⁹ Sonia Combe, *Archives interdites. Les peurs français face à l'histoire contemporaine*, Paris, Alban Michel, 1994.

¹⁰ V., como eco da polémica, Nicolas Weil, «Histoire d'archives», in *Le monde des livres*, 23 de Dezembro de 1994, p. v.

¹¹ Pascal Froment, *René Bousquet*, Paris, Stock, 1994.

¹² Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche. L'Idéologie fasciste en France*, Paris, Seuil, 1983, e Philippe Burrin, *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945*, Paris, Seuil, 1986; v. também a recente tradução portuguesa de Zeev Sternhell, Mario Sznajder e Maia Asheri, *O Nascimento da Ideologia Fascista*, Lisboa, Bertrand, 1995.

Nesta perspectiva, a obra mais recente de Robert Soucy, *French Fascism: The Second Wave, 1933-1939*, apresenta-se duplamente contra a corrente, como era previsível na sua análise do período anterior¹³. O seu objectivo é o de provar, como Zeev Sternhell, que o fascismo não foi um fenómeno marginal em França, muito embora rejeite muitas das teses deste último, nomeadamente a ideia de revisão antimaterialista do marxismo como matriz central do nascimento da ideologia fascista. Pelo contrário, Soucy salienta que o carácter do fascismo francês dos anos 30, onde engloba todos os grupos de direita radical, inclusive a *Action française*, representa um «revisonismo conservador»¹⁴.

Robert Soucy concentra-se nos movimentos oriundos da direita radical francesa, particularmente nos *Croix de feu* do coronel La Rocque, acentuando que mesmo aqueles que foram fundados por elementos oriundos da esquerda, com o Partido Popular Francês, de Doriot, não apresentam diferenças significativas desta matriz reaccionária e conservadora. Mais do que investigação nova sobre estes movimentos, este historiador norte-americano pretende sobretudo contestar toda uma corrente historiográfica iniciada por René Rémond, que considerava o fascismo um fenómeno marginal na França dos anos 30.

A MODERNIDADE DAS DITADURAS

No campo das obras gerais e interpretativas, uma novidade foi a obra de Paul Brooker, *Twentieth-Century Dictatorships. The Ideological One-Party States*¹⁵. Este politólogo parte da clássica literatura sobre os regimes ditatoriais de partido único e os seus pressupostos pouco se demarcam dos da ciência política norte-americana dos anos 60¹⁶. No entanto, a análise das relações triangulares ideologia/partido/Estado, conjugada com um estudo diacrónico das mudanças tipológicas das ditaduras, produz uma síntese interessante.

Aliando uma teoria (aliás pouco explícita) de modernização à ideologia, Brooker parte de um postulado simples: as ditaduras modernizadoras dominaram o século XX. Numa perspectiva científica, parece até estranho que a democracia tenha ganho no final do século, pois «não somente as ditaduras ideológicas e de partido representaram uma forma mais nova de regime político, como elas mostraram mais criatividade e variedade do que a democracia»¹⁷.

¹³ Trata-se da continuação do seu *French Fascism: the First Wave, 1924-1933*, New Haven, Yale University Press, 1986.

¹⁴ Robert Soucy, *op. cit.*, p. 309.

¹⁵ Brooker escreveu *The Faces of Fraternalism: Nazi Germany, Fascist Italy, and Imperial Japan*, Oxford, Oxford University Press, 1991.

¹⁶ Por exemplo, Samuel P. Huntington e Clement H. Moore (ed.), *Authoritarian Politics in Modern Society*, Nova Iorque, 1970.

¹⁷ Paul Brooker, *op. cit.*, p. 4.

A tipologia de Brooker também é simples. Trata-se de dividir as ditaduras de partido único entre as militares com partido e de «partido-Estado». Nas primeiras o chefe é ou um militar ou uma junta militar, nas segundas a chefia é assegurada por uma figura do partido ou pelo partido do regime. Nos seus estudos de caso, o seu objecto central é o da dinâmica interna entre estas instituições das ditaduras.

Segundo Brooker, a grande vantagem das ditaduras ideológicas modernizadoras, fascistas e socialistas, militares ou civis de direita, perante a democracia foi o seu carácter pioneiro no uso da ideologia e dos partidos e, particularmente, o papel «multifuncional» de ambos. O papel social da ideologia, ajudando a construir uma imagem de «solidariedade social», a função ideológica do partido, o controle político do partido sobre o governo e o Estado, a máquina organizativa disciplinada e hierarquizada, «deram às novas ditaduras que apareceram nos anos 20 uma modernidade assinalável e o tipo de vantagens de que elas precisavam» para se tornarem um desafio às democracias nascentes. Na verdade, afirma o autor, «as justificações ideológicas de um regime puramente político como a democracia têm menos capacidade de inovação do que ideologias que cobrem também aspectos sociais e económicos»¹⁸.

É evidente que estes pressupostos colocam a óbvia questão de saber por que é que tantas ditaduras caíram no final do século xx. Descontando factores como os das crises económicas, não analisados na obra, Brooker concentra-se num: a tendência geral para estes regimes degenerarem em ditaduras pessoais, «o que trouxe a perda das suas vantagens em termos de modernidade política e criatividade [...]». O seu fresco das ditaduras do século xx prova e ilustra bem como quase todas as ditaduras «organizacionais» — sejam elas de partido ou de instituição, como as militares — se transformaram irreversivelmente em ditaduras pessoais.

O «antiquado elemento pessoalístico» contrabalançou negativamente a estrutura das ditaduras e diminuiu severamente o seu contacto com a realidade. Para Brooker, o primeiro exemplo deste fenómeno revelou-se, desde logo, pelo exemplo autodestrutivo das ditaduras de Hitler e Mussolini, derrotadas pela guerra. Mas a durabilidade de regimes como o de Franco ou as ditaduras socialistas aí está para provar que «em tempo de paz» a sua destruição rápida dificilmente seria possível.

Este estudo comparativo de Paul Brooker, ainda que bastante útil, utiliza um conceito de modernização que muitos historiadores contestariam. Robert O. Paxton, atrás citado, abordou rapidamente o tema da relação entre fascismo e modernização numa «lição Marc Bloch», mas concentrou-se, sobretudo, no velho problema do «fascismo genérico»¹⁹.

¹⁸ Id., *ibid.*, pp. 6-9.

¹⁹ Robert O. Paxton, «Les fascismes. Essai d'histoire comparée», conferência Marc Bloch, Paris, 13-6-1994, *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, n.º 45, Janeiro-Março de 1995.

FASCISMO E «COMUNIDADE NACIONAL»

Ao salientar a difícil relação da história com o fascismo, Robert O. Paxton aponta quatro problemas: o da memória da esquerda («foram precisas duas gerações até a esquerda se convencer de que o fascismo é, sobretudo, um verdadeiro movimento de massas, e não a manobra hábil de uma direita reaccionária ou de um capitalismo desesperado»); a relação ambígua entre doutrina e acção fascista; o problema do mimetismo, pois numerosos regimes que não eram fascistas imitaram alguns elementos; por último, a sua banalização.

Paxton propõe uma «definição funcional» que me parece particularmente importante para a análise das obras seguintes: «O fascismo é um sistema de autoridade e de enquadramento que promete reforçar a unidade, a energia e a pureza de uma comunidade moderna, quer dizer, já consciente dela mesma perante outras comunidades e já capaz de exprimir uma opinião pública²⁰.»

Num período em que o tema das continuidades e rupturas entre os fascismos históricos e as ressurgências neofascistas e ultranacionalistas continuou a dominar a atenção de uma parte das ciências sociais alemãs e italianas parece particularmente importante salientar as obras que se concentraram sobre as relações entre fascismo e nacionalismo ou sobre as mutações ideológicas do fenómeno. Neste domínio, uma obra que, ainda que publicada em 1991, só teve uma maior audiência em 1993, com a 2.^a edição, foi a de Roger Griffin, *The Nature of Fascism*.

O interesse da obra de Griffin é múltiplo. Ela representa um esforço assinalável de redefinir um ideal-tipo de fascismo; concentra-se na ideologia e na variedade dos movimentos; integra os movimentos e a dinâmica ideológica destes no período após 1945.

A característica mais importante deste livro é justamente a sua ênfase na dimensão ideológica do fascismo, considerada por muitos historiadores uma das mais débeis. De facto, a polémica muitas vezes repetida sobre se o fascismo poderia ser elevado ao estatuto de ideologia é antiga. Muitos foram os historiadores e politólogos que consideraram que o fascismo representou pouco mais do que um conglomerado de elementos dispersos e contraditórios. Alguns, aliás, sublinharam mesmo o carácter exclusivamente «pragmático» do fenómeno. É curioso, nesta perspectiva, observar como na conferência atrás citada Paxton reconhece ter sido um erro «reduzir o papel das ideias no fascismo a um simples funcionalismo»²¹. Na linha de Zeev Sternhell, G. L. Mosse ou Stanley G. Payne, Griffin leva a sério a ideologia do fascismo, sublinhando duas das suas componentes: o nacionalismo e o mito de um novo começo ou renascimento em conjunturas de crise e «decadência».

²⁰ Id., *ibid.*

²¹ Id., *ibid.*

A definição de Griffin é curta: «Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultranationalism²².» Os complementos explicativos são mais complexos.

A noção de «regeneração» ou «novo começo» na sequência de um período de crise não caracteriza, obviamente, apenas o fascismo e muitas outras ideologias a utilizaram. Griffin sublinha, no entanto, o carácter secular e «orientado para o futuro» da variante fascista. Quanto à componente «populista ultranacionalista», o primeiro conceito é usado para definir, como termo genérico, uma força política «que, ainda que dirigida por um pequeno grupo elitista de quadros ou autoproclamadas ‘vanguardas’, na prática e em princípio, depende do ‘poder do povo’ como base para a sua legitimidade»²³.

O desenvolvimento do argumento de Roger Griffin capta bem aquilo que ele próprio define como a «intrínseca inviabilidade do fascismo, quer como movimento, quer como regime», ou seja, «a necessidade de prolongar indefinidamente a fase palingenética da transformação revolucionária combina-se com a necessidade de rotinizar e prolongar indefinidamente o seu apelo carismático de uma forma que destrói, em última instância, a viabilidade do fascismo como alavanca para um novo tipo de sociedade»²⁴. Para este autor, portanto, o fascismo está condenado a ser uma força política efémera enquanto base de um regime.

A obra de Roger Griffin merecia uma análise mais detalhada, pois estamos em presença de um estudo de enorme erudição e criatividade analítica, mas o importante aqui é sublinhar como é que as interrogações da investigação mais recente tendem a demonstrar uma preocupação crescente com o binómio fascismo-nacionalismo, por um lado, e com as diversas formas de ideologia e movimentos, por outro, quase todas, no entanto, partindo de uma definição restrita em termos de regimes políticos. Neste caso, não diluindo o conceito de fascismo em todos os regimes ditatoriais de direita deste século²⁵.

²² Roger Griffin, *op. cit.*, p. 26.

²³ *Id.*, *ibid.*, pp. 36-37.

²⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 43.

²⁵ O mesmo autor acaba de publicar *Fascism — a Reader*, Oxford, Oxford University Press, 1995. Integrada numa série de *readers* que a OUP vem publicando, esta obra é mais do que uma antologia de fontes documentais sobre o tema. O seu autor, que consultou a grande maioria dos especialistas sobre as diversas variantes nacionais do fascismo, introduz criteriosamente cada documento e apoia-o com notas explicativas. Por outro lado, este livro não se limita à Europa nem ao «fascismo histórico», incluindo vários textos que reflectem a evolução da direita radical e do neofascismo após 1945. Quer para efeitos pedagógicos, quer como apoio à investigação comparada, a obra é fundamental e substitui anteriores livros do mesmo estilo, no geral bem mais limitados.

A melhor inserção de uma teoria genérica do fascismo nas múltiplas variantes nacionais encontra-se numa obra monumental recém-publicada por Stanley G. Payne, saída simultaneamente em espanhol e em inglês. Com esta *História del Fascismo* (versão inglesa, *History of Fascism*, Madison, University Press of Wisconsin, 1995), Payne encerra um ciclo de obras que dedicou ao tema. Historiador da Espanha contemporânea, este professor da Universidade de Wisconsin foi autor da primeira obra académica sobre a Falange de las JONS. Em 1980 publicou um estudo analítico sobre as interpretações do fascismo que marcou deste então o debate e o consagrou como o mais citado comparativista do fenómeno²⁶.

Neste estudo Payne integra excelentemente análise e descrição, tipologias e casos singulares, numa obra que seguramente vai perdurar. Com efeito, a sua proposta analítica de 1980 é aqui plasmada e refinada, com grande segurança de conhecimento empírico, no estudo das variantes nacionais, para além de constituir uma nova síntese sobre as teorias do fascismo. Esta última dimensão, ao equacionar as relações entre movimentos e regimes nas experiências autoritárias e fascistas, parece-me a mais rigorosa de todas de entre os estudos gerais do mesmo género.

Já que parece que regressámos ao período das definições curtas, registre-se a de Stanley G. Payne: «[o fascismo é] uma forma de ultranacionalismo revolucionário que se baseia numa filosofia primariamente vitalista, que se estrutura na mobilização de massas, no elitismo extremado e no *Führerprinzip*, que dá um valor positivo à violência e tende a considerar normais a guerra e/ou as virtudes militares²⁷.»

O NEOFASCISMO — UMA REALIDADE FLUIDA

A vaga de transições a leste e a unificação alemã, com a panóplia da simbologia fascista sendo ocasionalmente utilizada por movimentos neonazis e ultranacionalistas, provocaram uma onda de estudos sobre a extrema-direita contemporânea. A utilização do conceito de neofascismo tornou-se também mais complexa, dada a extrema fluidez e diversificação dos fenómenos políticos que pretende analisar²⁸. Por outro lado, a captação das mutações exige a utilização de propostas analíticas mais dinâmicas, o que nem sempre foi o caso, particularmente para casos como o italiano. Acresce ainda o factor escala, pois microorganizações neofascistas sempre povoaram a Europa des-

²⁶ Stanley G. Payne, *Fascism. Comparison and Definition*, Madison, University of Wisconsin Press, 1980.

²⁷ Id., *Historia del Fascismo*, cit., p. 24.

²⁸ V., como exemplos de estudos recentes, Peter H. Merkl e L. Weinberger (eds.), *Encounters with the Contemporary Radical Right*, Boulder, Col., Westview Press, 1993.

de 1945, mas o seu estudo pode significar dar importância ao que não a tem. Como escreveu recentemente Stanley G. Payne, «a grande questão [...] é a de saber se o fenómeno estudado é uma curiosidade bizarra ou uma importante nova ameaça»²⁹.

Em *The Far Right in Western and Eastern Europe* uma dezena de politólogos esquadrinha o panorama da extrema-direita europeia contemporânea e a resposta não é concludente. Em vários países estudados a extrema-direita é um fenómeno residual, casos de Espanha, Portugal, Inglaterra ou Grécia. A grande vantagem da obra é a de permitir uma identificação dos factores de desenvolvimento a partir de situações de crise, já com poucos elementos de identidade com o período entre as duas guerras, particularmente na Europa central e oriental.

Regressando a Roger Griffin, convém salientar desde logo a extrema «complexidade organizacional» e a «heterogeneidade ideológica» da extrema-direita mais recente. Mas o esforço tipológico deste autor, sendo útil, tem de ser complementado.

O Movimento Social Italiano constituiu uma singularidade do cenário político italiano. Foi o único movimento com sucesso no clima do pós-guerra que se baseou no fascismo e na sua herança. Griffin classificou-o como «fascismo nostálgico», caracterização seguramente correcta para as primeiras duas décadas, mas mais duvidosa a partir dos anos 60, quando a constelação começou a diversificar-se entre integristas católicos, tradicionalistas, nostálgicos e fascistas unidos (e, por vezes, desunidos) no mesmo partido³⁰.

Não foi por acaso que o número especial de uma revista italiana sobre o tema se intitulou significativamente *Destre* para marcar uma pluralidade muitas vezes ignorada mecanicamente pelas ciências sociais³¹. Mais do que um aglomerado de artigos dispersos, este volume representa uma tentativa de pensar as mutações da direita, do fascismo à evolução mais recente da cultura política italiana. A escolha das teorias sobre o fascismo histórico recaiu sobre aqueles historiadores cuja produção é mais operativa para a análise desta mutação, casos de Renzo de Felice, A. J. Gregor, G. L. Mosse, Zeev Sternhell, todos com estudos críticos sobre as suas teses.

O objectivo central é, no entanto, o estudo desta mutação do MSI a Aliança Nacional e do complexo cultural a ele associado. A história e a análise da sua evolução provam a difícil utilização do referencial do fascismo histórico *stricto sensu* para compreender a sua evolução. Piero Ignazi, que,

²⁹ Stanley G. Payne, «Historic fascism and neofascism», *European History Quarterly*, vol. 23 (1993), p. 74; v., sobre o caso espanhol, o dossier «L'extrema dreta espanyola», in *L'Avenç. Revista d'História*, n.º 186, Novembro de 1994, pp. 17-51.

³⁰ Roger Griffin, *op. cit.*, p. 163.

³¹ *Democrazia e diritto*, Roma, n.º 1, Janeiro-Março de 1994.

com Franco Ferrarese e Roberto Chiarini, foi um dos poucos estudiosos a abordar a história da extrema-direita italiana, sublinha que seria redutivo imaginar o retorno do «esquadrismo», pois «a longa permanência em democracia, a contínua presença no parlamento e em milhares de assembleias locais», criou um clima favorável à recepção de princípios democráticos»³².

Com esta observação/prognóstico sobre a «integração» progressiva da direita não democrática italiana regressamos ao tema da crise. De facto, mais do que qualquer reflexão formal sobre os elos de continuidade e ruptura entre o fascismo histórico e as novas expressões da direita radical, o elo de ligação entre eles tem de incluir o factor crise. Como salienta Pasquale Serra na introdução, «uma problemática fascista só pode emergir num terreno contíguo à crise e à cultura da crise»³³. Sobre este aspecto, a experiência do fascismo histórico pode ser importante para o estudo dos novos movimentos contemporâneos, particularmente os mais próximos da associação entre crise e «nação». E de pouco mais.

³² Id., *ibid.*, p. 118; v. de Piero Ignazi, *Postfascisti? Dal Movimento Sociale Italiano ad Alleanza Nazionale*, Bolonha, Il Mulino, 1994, e, sobre o «antifascismo» na cultura política italiana, Gian Enrico Rusconi, *Resistenza e Postfascismo*, Bolonha, Il Mulino, 1995.

³³ Id., *ibid.*, p. 21.